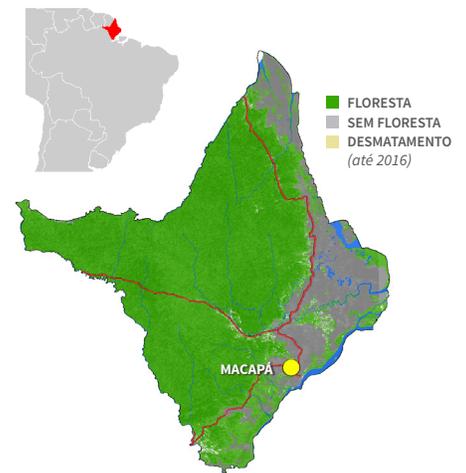




DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXAS EMISSÃO (DRBE) EM RESUMO

- Historicamente, menor desmatamento da Amazônia brasileira, com desmatamento zero durante o período de referência para REDD+ no Brasil (1996-2005) – baixa prioridade do governo federal e dos doadores internacionais para investimentos em REDD+ devido ao status de alta cobertura florestal e baixas taxas de desmatamento (AFBT)
- 73% (cerca de 10 milhões de hectares) do estado sob proteção (Unidades de Conservação [UCs] ou Territórios Indígenas – todos demarcados)
- Aumento da produção de soja no bioma do Cerrado (7% do território do estado): aumento de 200% na área plantada com soja entre 2013 e 2016 (cerca de 150 km² em 2016); projeções sugerem que a área de soja poderia alcançar 4.000 km² em 2026
- Pressão historicamente baixa sobre as florestas cria oportunidades para desenvolvimento do setor florestal (por exemplo, exploração sustentada de madeira e produção extrativista)

MOTORES DE DESMATAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> Extração ilegal de madeira Pecuária de grande escala Agricultura em pequena escala Agricultura em grande escala Mineração industrial legal Mineração artesanal legal Novos assentamentos
MÉDIA ANUAL DE EMISSÕES DE DESMATAMENTO	1,39 Mt CO ₂ (2010-2015) <i>Inclui biomassa aérea, biomassa subterrânea e liteira</i>
ÁREA	142.829 km ²
POPULAÇÃO	819.462 (2018)
IDH	70,80 (2010)
PIB	US\$ 3,80 bilhões (2015, Ano base 2010)
GINI	0,457 (2015)
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	<ul style="list-style-type: none"> Serviços públicos Comércio Serviços
POPULAÇÃO RURAL/URBANA	13%/ 87%

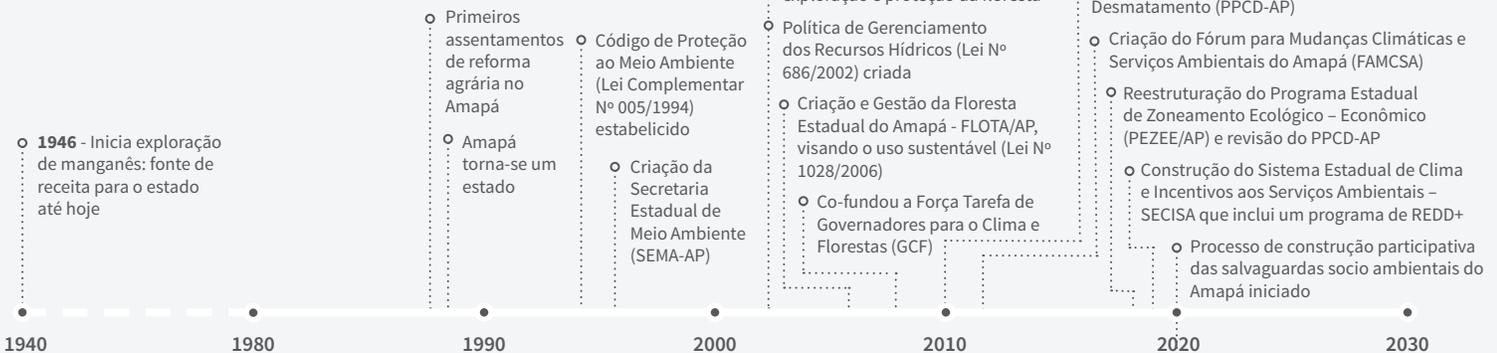


DESTAQUE EM INOVAÇÃO

A **Zona Franca Verde - ZFV do Amapá**, criada em 2015 pelo Governo Federal, é uma zona industrial de 8.162 km² com isenção de impostos para indústrias que abastecem os mercados nacional e internacional com produtos florestais madeireiros e não madeireiros. Localizada próximo ao porto de Santana, centro de exportação, a iniciativa visa estimular a produção e o beneficiamento de produtos florestais e cadeias de valor que apoiem a conservação da biodiversidade e a subsistência local. Duas indústrias atuam atualmente no ZFV: uma de ração animal à base de açaí e buriti e outra de sorvetes à base de frutas nativas da Amazônia. As empresas na ZFV

podem receber a certificação Selo Verde. A expectativa é que mais indústrias mudem sua produção para a ZFV, estimulando a economia local. Outros benefícios incluem atração de investimentos externos, criação de empregos e crescimento econômico, inclusive no setor agrícola. A expectativa de expansão do porto de Santana aumentará a capacidade de exportação de produtos. A ZFV é administrada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), órgão federal; o estado não está envolvido na gestão, mas determina como adaptar a zona às condições do estado.

LINHA DO TEMPO DE EVENTOS IMPORTANTES



COMPROMISSOS

1 Reduzir o desmatamento 80% abaixo da base de referência. 2 Contribuir para o objetivo nacional: reduzir as emissões 37% abaixo dos níveis de 2005. 3 Contribuir à meta nacional de restaurar 12 milhões de hectares de terras desmatadas

◆ Parte de acordo internacional



INTERVENÇÕES-CHAVE

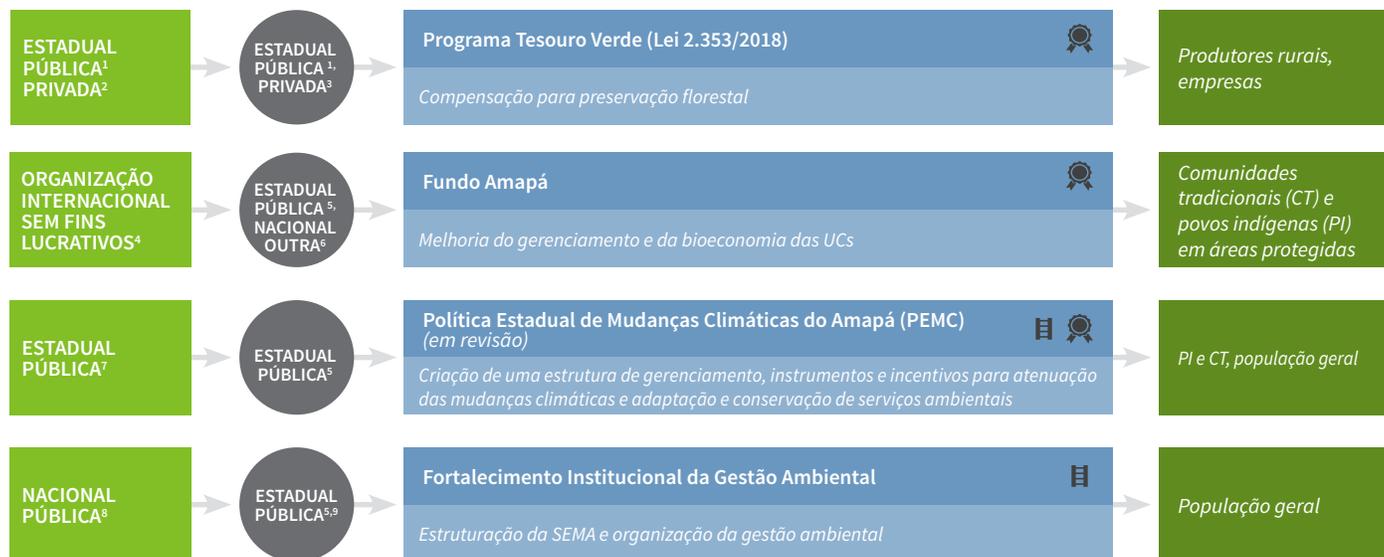


PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO

ORGANIZAÇÃO(S) IMPLEMENTADORA(S)

INTERVENÇÃO & FOCO

BENEFICIÁRIOS



1 Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ). 2 Investidores privados. 3 BMTCA Ativos Ambientais S/A responsável pela plataforma Tesouro Verde. 4 Conservação Internacional (Global Conservation Fund). 5 Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). 6 Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). 7 Tesouro estadual do Amapá. 8 Recurso da Petrobras/Lavajato. 9 Defesa Civil

PROGRESSO RUMO À SUSTENTABILIDADE JURISDICIONAL

○ INCIPIENTE ● INTERMEDIÁRIO ● AVANÇADO

Estratégia integrada de DRBE	○	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia Jurisdicional de DRBE em desenvolvimento com financiamento do PNUD-Noruega, conduzido pela Coordenadoria para Mudança Climática da SEMA; criação do SECISA PPCD-AP (em atualização) visa consolidar instrumentos de planejamento territorial e posse da terra, fortalecendo o monitoramento ambiental, vigilância e produção sustentável
Plano espacial	○	<ul style="list-style-type: none"> Falta de plano espacial integrado para o estado Iniciativas de zoneamento para a região de Cerrado e para o Sul do Amapá não implementadas devido a metodologia inadequada (falta de um processo de planejamento participativo e transparente, reconhecimento de terras de CT, inventários suficientes etc.) Implementação do Código Florestal ainda em fase estabelecimento de normativas que não existiam
Metas de desempenho	○	<ul style="list-style-type: none"> Objetivos do PPCD-AP não são quantitativos e não refletem os objetivos da DRB
Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV)	●	<ul style="list-style-type: none"> Falta de um sistema MRV em nível estadual A SEMA-AP processa os dados de desmatamento do PRODES, usando imagens do Landsat e classificação manual; publicado a cada 2 anos, pesada cobertura de nuvens impede monitoramento abrangente Termo de cooperação técnica com Censipam permitirá o uso de imagens de radar, possibilitando melhor monitoramento do território
Políticas e incentivos	○	<ul style="list-style-type: none"> O Programa Tesouro Verde (em estágio inicial) registra e opera créditos florestais em áreas públicas e particulares via plataforma online Política Florestal desatualizada, atrasando o processo de estabelecimento de um sistema de concessões para monitoramento florestal
Governança multi-atores	○	<ul style="list-style-type: none"> FAMCSA conta com 45 membros (principalmente governamentais); revisão do formato e composição do Fórum está em curso e visa aumentar a participação da sociedade civil em processos de tomada de decisões Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) inclui 25 organizações dos governos estadual e federal e ONGs, discute e aprova leis estaduais de proteção ambiental; pouca transparência nas reuniões e decisões
Agricultura sustentável	○	<ul style="list-style-type: none"> Expansão da soja desde 2014 tem aumentado a tensão entre CT e fazendeiros (definição de posse de terra pouco clara e conflituosa) Cerca de 2,5 milhões de reais para apoiar a produção sustentável disponíveis (2014-2015) pela linha de crédito para Agricultura de Baixas Emissões (ABC), para apoiar a adoção das melhores práticas definidas para produção rural Concessões florestais em expansão, com uma área em operação e possibilidade de ampliação (editais para FLOTA e FLONA)
Povos indígenas e comunidades locais	●	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Extraordinária dos PI busca apoiar os PI e organizações relacionadas com o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas, especialmente para saúde e educação; influência, no entanto, é limitada Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ-AP) participa ativamente em fóruns de discussões de políticas públicas, incluindo FAMCSA
Financiamento do DRBE	●	<ul style="list-style-type: none"> O Fundo Amapá apoia produção sustentável, conservação e manejo em UCs e vai beneficiar CT; sem desembolsos até o momento Fundo Especial de Recursos para o Meio Ambiente (FERMA) apoia implementação de monitoramento, controle, vigilância, proteção e recuperação de recursos naturais; baixa transparência na distribuição dos recursos

CITA | A.C. Crisostomo, O. David, M. de los Rios, A.C. Fiorini, C. Stickler, A.E. Duchelle, M. Cromberg. 2020. "Amapá, Brasil" in C. Stickler et al. (Eds.), *O Estado de Sustentabilidade Jurisdicional*. San Francisco, CA: Ell; Bogor, Indonesia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF.

REFERÊNCIAS COMPLETES E FONTES DE DADOS FORNECIDAS EM www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability 2020/12/21

EQUIPE TÉCNICA



COM O APOIO DO



com base em uma decisão do Parlamento Alemão

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

DESAFIOS

- Desenvolvimento de setores danosos ao ambiente (por exemplo, mineração, infraestrutura, agricultura), vistos como chave para a estabilidade econômica
- Investimento de US\$ 2 bilhões pelo BNDES no desenvolvimento de infraestrutura ameaça PI e APs, se não forem complementadas por investimentos em sustentabilidade
- A expansão do Porto de Santana conectando o Amapá aos mercados europeus pode expandir a pressão pela produção de commodities no Cerrado
- A baixa memória institucional entre administrações e a alta rotatividade impede a continuidade de políticas públicas
- Autoridade limitada do governo estadual, uma vez que a maioria dos recursos da terra pertence legalmente ao governo federal

OPORTUNIDADES

- Concessões florestais e Manejo florestal comunitário deverão abastecer o mercado de madeira legal, diminuindo a exploração ilegal e sem critérios
- Fundo Amapá financiará gestão estatal em APs e estimulo ao desenvolvimento da bioeconomia
- O Programa Tesouro Verde pode financiar iniciativas DRBE, aumentar a recuperação e proteção florestal em áreas privadas e UCs
- A base cartográfica em desenvolvimento pelo Exército Brasileiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) pode alimentar um sistema jurisdicional de monitoramento e planejamento espacial
- Com a implementação bem-sucedida da PEMC, o Amapá pode servir como modelo para DRBE em jurisdições AFBT